

Educação de resultados

Em 1972, quatro engenheiros e um médico recentemente formados resolveram criar um cursinho preparatório para o vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais. Bons em matemática, batizaram o curso de Pitágoras e conseguiram aprovar todos os seus primeiros 33 alunos. Hoje, o Pitágoras tem 16 colégios e 30 mil alunos e só não duplica este número por se recusar a estabelecer **franchisings**.

A receita do sucesso, segundo Walfrido Mares Guia, um dos fundadores, é pagar decentemente aos professores, mantê-los em reciclagem e avaliação permanente, obedecer a normas administrativas rígidas e, sobretudo, envolver no processo educacional tanto os docentes como os pais e os alunos.

Walfrido Mares Guia é hoje vice-governador de Minas Gerais e foi, durante os quatro anos do Governo anterior, o secretário da Educação. Aplicou ao ensino público os mesmos métodos que asseguraram o seu sucesso no ensino privado. Ganhou um prêmio do Unicef.

Oficialmente, Mares Guia é, também, o secretário do Planejamento, mas, na verdade, não consegue desligar-se da sua paixão pela educação, agora entregue à sua antiga secretaria-adjunta, Ana Luiza Maçado Pinheiro.

Minas tem 140 mil professores e mais de três milhões de alunos no ensino fundamental, sendo que as escolas públicas atendem a 93% dessa demanda, sendo 73% nas estaduais e 20% nas municipais. Sobram, portanto, apenas 7% para os colégios particulares. Mares Guia acha que, se fosse permitida a degradação contínua do setor público, não só o estado perderia totalmente a sua capacidade competitiva como os 7% educados no ensino privado teriam que se barricar em casas-fortalezas.

Contada assim, na beira da piscina da moderníssima casa de Mares Guia, que deve ter sido desenhada por um sócio de ortopedista, porque não tem um só corrimão que proteja as suas escadarias, a história da implantação de um sistema educacional de resultados em Minas parece simples. No entanto, como sempre, o parto do novo provoca gritos e ranger de dentes.

A primeira batalha, em 1991, foi aprovar na Assembléia Legislativa uma lei legalizando o sistema de escolha das dire-

toras de 4.700 escolas com mais de quatro salas de aulas. Elas teriam de fazer concurso e, se passassem, apresentar à comunidade o seu plano de trabalho, para concorrer a um mandato de dois anos diante de um eleitorado composto pelos demais funcionários, pelos pais e pelos alunos maiores de 16 anos. Nomear diretoras era uma das mais preciosas prerrogativas dos políticos. Havia um deputado estadual que nomeara 463 diretoras. A aprovação da lei foi arrancada pelo empenho do governador Hélio Garcia.

Em seguida, veio a fase de constituição dos colegiados escolares, presidido pela diretora e composto, meio a meio, por representantes da comunidade e de funcionários da escola. Esses colegiados recebem hoje o dinheiro do estado e o gastam como melhor entendem. Têm, ainda, liberdade para estabelecer o seu calendário, definir os métodos e os recursos didáticos, bem como os sistemas de avaliação e de formação das turmas. Podem, ainda, administrar o seu pessoal.

A avaliação da qualidade do ensino começou em 1992, quando os 330 mil alunos da 3ª série responderam a provas de português, matemática e ciências. Os resultados foram entregues às escolas e cada uma comparou o seu desempenho com a média do estado e da sua região. As avaliações prosseguiram nos anos seguintes. O resultado mais evidente foi uma brusca redução da repetência, que desperdiçava 200 milhões de dólares por ano ao estado.

Finalmente, há o programa que Walfrido Mares Guia considera o coração do programa: o treinamento dos professores. Diz:

— Se não treinarmos e motivarmos o nosso pessoal, nenhum outro investimento dará resultado. Um sistema educacional depende das pessoas que dele participam. Até 1990, Minas gastava apenas 500 mil dólares por ano no treinamento de professores, ou seja, 0,28% da folha da Secretaria da Educação. Em 1993, chegamos a 0,83%. Este ano, com a ajuda de instituições privadas, como a Fundação Vitae, e de um empréstimo plurianual de 66 milhões do Banco Mundial, vamos gastar 15 milhões, ou seja, 2,5% da folha. Em educação, os resultados costumam levar uma década para aparecer. Em Minas, espero que apareçam mais depressa.